

Fernando Molica

Caiado e o bolsonarismo genérico

Ao decidir ficar na toca estadual e abrir mão da disputa da Presidência, o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), reforçou a possibilidade de a eleição de 2026 imitar a de 2022 e, de tão polarizada, fazer do primeiro turno uma quase disputa final. Na disputa passada, 91,63% dos votos válidos na primeira rodada foram para Lula (PT) ou Jair Bolsonaro (PL).

Alçado à condição de provável candidato do PSD, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, mantém ao longo de sua trajetória um discurso agressivo e contundente contra o PT. Posição que tem muitos pontos de contato com o bolsonarismo. Corre o risco de, na campanha, virar uma espécie de genérico do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A estratégia de Ratinho Júnior seria a de tentar conquistar o voto conservador menos radical, apostaria no eleitor de direita que não se sente confortável com o estilo briguento da família do ex-presidente. Ao sair da disputa, abre espaço para que Flávio cresça num eleito mais moderado, que rejeita o petismo.

Caiado, apesar de algumas rusgas com Bolsonaro na época da pandemia, corre na mesma faixa desde que entrou na vida pública, em 1985, como um dos fundadores da UDR, União Democrática Ruralista. A entidade nasceu em resposta à criação do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e ao então crescente movimento por reforma agrária.

Em 1989, tentou a Presidência da República: obteve apenas 0.68% dos votos, ficou em décimo lugar, mas marcou uma posição que lhe garantiria sucessivos mandatos legislativos e no executivo de Goiás. Ortopedista,

não vacila em entrar duro nas canelas adversárias.

Terá, porém, a dificuldade de conquistar um eleitor que desde 2018 se nutre do ódio cultivado por Bolsonaro à esquerda. A dureza que prega no trato da segurança pública é muito parecida com a ressaltada pela família do ex-presidente. Caiado chegou primeiro, mas os Bolsonaro é que conquistaram esse território.

Sua eventual candidatura tem potencial também de permitir a Flávio a possibilidade de construir uma imagem menos dura e mais palatável. Em tese — em eleição não há verdades absolutas — será difícil que senador fluminense, até por ser filho de quem é, seja acusado por bolsonaristas de não ser um defensor das pautas do pai.

Caiado terá um duro trabalho pela frente, o parecer mais radical e firme do que um herdeiro direto do líder de uma corrente política que só sabe jogar pesado. A tendência, porém, é de, por falta de opções diferenciadas, a direita permaneça onde está, reforce a polarização e, de cara, reduza a disputa a Lula e Flávio.

O discurso brigão do governador também contrasta com o estilo consagrado pelo presidente-dono do PSD, Gilberto Kassab, polvo político capaz de colocar seus braços em quantas canoas estiverem disponíveis. A indicação de Caiado representaria uma guinada do partido em uma direção que tenderia a fugir do controle do seu fundador.

A fidelidade de Kassab aos seus princípios conciliadores é talvez a única esperança do azarão do PSD, o governador gaúcho Eduardo Leite, que se encaixaria muito melhor na lógica do não radicalismo. Às vezes, jogar parado garante bons resultados.

Tales Faria

Para ministros, há risco de nova tentativa de fuga de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem duração de 90 dias porque ele avalia, assim como outros ministros da Corte, que o histórico do ex-presidente faz prever futuras tentativas de fuga da prisão e, até, do país.

Em vídeo publicado nas redes sociais logo após a decisão de Alexandre de Moraes, o filho Zero-Dois do ex-presidente, Carlos Bolsonaro, declarou: “Prisão domiciliar não é liberdade. [...] A prisão domiciliar não encerra o debate, mas inicia. Bolsonaro não deveria nem sequer estar preso.” Segundo ele, o pai “não cometeu crime algum”.

Segundo ministros do STF, foi justamente por achar que não cometeu crime algum que Bolsonaro resolveu atentar contra a Constituição e, por isso, decidiu destruir a tornazeleira eletrônica que lhe havia sido imposta pela Justiça.

Antes, em fevereiro de 2024, convencido de que acabaria por ser preso após ter seu passaporte apreendido, chegou a se refugiar e dormir por duas noites na Embaixada da Turquia.

Ministros que defendem a manutenção da prisão de Bolsonaro elencam fatos do passado do ex-presidente, além da tentativa de golpe de Estado, que apontam seu desrespeito pela aplicação das leis sempre que elas se chocam contra seus interesses.

Foi o caso do artigo que ele publicou em 1986 protestando contra os salários dos militares e que levou o Exército a decretar sua detenção em 1986. Depois, Bolsonaro acabou afastado da ativa das Forças Armadas, segundo o ex-presidente e general Ernesto Geisel, por

se comportar como “um mau militar”.

Ministros do Supremo lembram que o desrespeito à Constituição é tão presente na história de vida de Bolsonaro que o fez declarar publicamente, por exemplo, que era a favor da sonegação de impostos, da tortura de presos políticos e defender torturadores como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado da morte de presos políticos nos anos 1970, ou uma guerra civil com “30 mil mortos” e, até mesmo, o assassinato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O filho Zero-Um e candidato a presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), argumenta que Bolsonaro foi diagnosticado com um quadro de pneumonia, o que, segundo ele, evidenciaria a necessidade de cuidados permanentes na residência do ex-presidente.

O ministro Alexandre de Moraes afirmou a interlocutores que o argumento de Flávio Bolsonaro até poderia ser levado em conta se o ex-presidente não tivesse o histórico de desrespeito às leis que tem repetidamente demonstrado. Daí porque estabeleceu um prazo de 90 dias para a prisão domiciliar.

De tempos em tempos será avaliado o comportamento do preso. Ele já teve a prisão domiciliar decretada antes e a desrespeitou ao tentar destruir sua tornazeleira eletrônica. Por isso foi recolhido, inicialmente, à Polícia Federal e, depois, a melhores instalações na Papudinha, por sua saúde aparentemente frágil.

Além do mais, nada garante que, em sua residência, Bolsonaro terá um acompanhamento médico melhor do que onde estava preso, argumentam reservadamente alguns ministros do STF.

Fábio Costa Pinto*

O Custo da Verdade: A Face Invisível da Perseguição ao Jornalismo na Bahia

A última década na Bahia consolidou um cenário paradoxal: enquanto a comunicação digital se expandia, o espaço para o jornalismo independente encolhia sob o peso de uma perseguição multifacetada. O que testemunhamos entre 2016 e 2026 não foi uma série de incidentes isolados, mas a implementação de um cerco deliberado em que o poder e o silêncio institucional se fundem para sufocar a fiscalização social. No tabuleiro da democracia baiana, a estratégia de silenciamento evoluiu, alternando entre a brutalidade no interior e a sofisticação do assédio administrativo nos grandes centros.

A face mais cruel dessa realidade é o rastro de sangue deixado no estado. O Sul e o Extremo Sul da Bahia tornaram-se zonas de silenciamento letal. Casos como os de Manoel Leal (Itabuna, 1998), Gel Lopes (Teixeira de Freitas, 2014) e Djalma Santos da Conceição (Conceição da Feira, 2015) são marcos de uma impunidade que atravessa décadas. Essa falta de punição rigorosa aos mandantes alimenta a percepção de que a caneta pode ser interrompida pela bala sem consequências reais, padrão reforçado pelas mortes mais recentes de Marlon de Carvalho Araújo (2018) e Weverton Rabelo, o Toninho Locutor (2021).

Contudo, onde a violência física não chega, o sistema utiliza o assédio institucional e a desacreditização sistêmica. O objetivo não é o esclarecimento dos fatos, mas a falência financeira e o esgotamento emocional do profissional, como visto no cerco a Carlos Augusto (Jornal Grande Bahia, desde 2020). Como jornalista e membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), enfrento hoje uma campanha de aniquilação humana que se intensificou entre 2016 e 2026. Trata-se de um método que busca o “assassinato de reputação” e a “morte civil”, tentando destruir a dignidade do indivíduo perante a sociedade.

Para quem a vive, essa perseguição é um agente biológico corrosivo. O corpo não ignora o estresse traumático de ser alvo de calúnias constantes e de ser seguido em locais públicos, como mercados e bancos. Hoje, o meu cotidiano é pautado por acompanhamento neurológico e suporte medicamentoso para tratar as cicatrizes físicas de uma guerra de informações. Mas o dano mais perverso é o emocional: como pai de dois filhos, ver a honra de uma vida ser atacada exige uma força sobre-humana para manter o equilíbrio necessário na criação de duas crianças enquanto se luta contra uma máquina de desumanização.

Diante da gravidade destes fatos, não houve silêncio de minha parte. Esta perseguição já foi formalmente denunciada ao Ministério Público, à Defensoria

Pública do Estado da Bahia, aos Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos, além de órgãos nacionais e internacionais de defesa e proteção aos comunicadores. No entanto, a omissão das autoridades serve de combustível para os perseguidores. Quando o Estado não age diante de ataques comprovados contra um defensor de Direitos Humanos, torna-se cúmplice desse adoecimento.

Inspirado nas lições de resistência contra a injustiça, reitero que a minha dignidade é inegociável. Proteger o jornalismo na Bahia requer mais do que palavras; demanda políticas públicas efetivas e a valorização da imprensa como pilar da democracia. Estão tentando nos calar pelo cansaço, mas, enquanto houver fôlego, haverá resistência.

***Jornalista, integrante do Conselho Deliberativo da ABI e membro das Comissões de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos. É editor do portal de notícias Inteligência Brasil Imprensa (IBI).**